

## **INTERNATIONAL CONFERENCE**

### **Between Three Continents: Rethinking Equatorial Guinea on the Fortieth Anniversary of Its Independence from Spain**

Hofstra University, Hempstead (New York)  
Thursday April 2—Saturday April 4, 2009

#### **J. BRAVO CARBONEL E JOSÉ DE MACEDO: DUAS LEITURAS COLONIAIS**

##### **DOS TRÓPICOS**

Cátia Miriam Costa

Universidade de Évora

#### **RESUMO:**

Tendo como ponto de partida a literatura publicada por estes dois autores coloniais, um espanhol e outro português, que se referem a dois territórios coloniais dos seus países – Guiné Equatorial e Angola – este trabalho basear-se-á na comparação de conteúdos e estéticas associadas à literatura colonial produzida por ambos.

Igualmente, debruçar-nos-emos sobre as expectativas existentes em cada uma das metrópoles relativamente à política colonial e, conseqüentemente, aos territórios e populações coloniais, inserindo-os na tendência de política colonial global que, à época, dominava toda a Europa.

Deste modo, serão analisadas as várias relações dicotómicas a que os autores se referem, logo temáticas partilhadas, a saber: metrópole/colónia; colonizador/colonizado; utópico/real; indígena/civilizado, com o objectivo de sabermos se existem continuidades entre estas.

#### **INTRODUÇÃO:**

Para tornar esta análise possível, partimos de duas obras, escritas pelos autores, J. Bravo Carbonel e José de Macedo, denominadas *Fernando Poo y el Muni: sus misterios y riquezas. Su Colonización e Autonomia de Angola: estudo de administração colonial*, respectivamente, com as suas primeiras edições em 1917 e 1910. Escritos com objectivos muito precisos, que adiante exploraremos, o mais importante dos quais “a propaganda dos territórios colonizados”, não deixam de poder ser considerados na sua forma e na estética que preconizam, no âmbito da classificação literária, literatura colonial. Aliás, como seguidamente veremos, é perfeitamente identificável uma relação entre forma e conteúdo, aprofundada ao máximo por ambos autores.

Vejamos agora quem são os autores, outro elemento indispensável na prossecução do estudo que pretendemos levar a cabo. J. Bravo Carbonel é um funcionário da administração colonial que vive três anos nos territórios da então Guiné Equatorial, enquanto responsável pela área veterinária da colónia, estando, portanto, a cumprir uma comissão administrativa<sup>1</sup>. José de Macedo é jornalista e vai dirigir o jornal *A Defeza de Angola*<sup>2</sup>, depois de perseguido na metrópole, devido às ideias republicanas em tempos da monarquia, permanecendo em Angola durante cerca de quatro anos, interrompida a sua estada por motivos de doença de sua esposa<sup>3</sup>. O primeiro está ao serviço do estado, no prosseguimento da sua carreira, o outro opõe-se ao estado, um tem formação

---

<sup>1</sup> O próprio autor declara ter vivido três anos na Guiné Equatorial, Carbonel, J. Bravo, *Fernando Poo y el Muni: sus misterios y riquezas. Su colonización*, Madrid, Imprenta de “Alrededor del Mundo”, 1917, p. 8. O prefaciador do livro, Tomás Maestre, acrescenta que J. Bravo Carbonel foi Oficial Facultativo do Exército e veterinário militar, vide Maestre, Tomás, “Prólogo”, *Fernando Poo y el Muni: sus misterios y riquezas. Su colonización*, Madrid, Imprenta de “Alrededor del Mundo”, 1917, pp. IX-XVI, pp. XIV-XV.

<sup>2</sup> Marcelino Antonio Joaquim [editor], *A Defeza de Angola : libertando pela paz, igualando pela justiça, progredindo pela autonomia*, Luanda, [1903]-1907, tendo José de macedo começado a sua actividade. José de Macedo teria assumido a direcção do jornal em Maio de 1906, segundo a sua própria indicação na primeira página, do n.º 262, de dia 21 de Fevereiro, por ocasião do quarto aniversário do jornal.

<sup>3</sup> Vide a declaração do próprio autor em Macedo, José, *Autonomia de Angola: estudo de administração colonial*, Lisboa, Editor o Autor, Typographia Leiria, 1910, 1.ª Edição, p. 217.

veterinária e o outro formação económica, um crê que vai servir o estado o outro acredita estar a servir a sociedade civil.

Contudo as conjunturas internas e externas dos seus países aproximam-nos em alguns aspectos, tornando-os faces divergentes de uma mesma época. Ambos enraízam o seu pensamento no positivismo que caracteriza os movimentos intelectuais deste período, transpondo esse vínculo para a sua escrita, senão vejamos: ilustram as suas opiniões profusamente com dados objectivos (estatísticos, reais e projectados), servem-se do elemento comparativo entre países e situações para melhor marcar a sua posição e neste caso recorrendo sempre a situações reais de que têm conhecimento<sup>4</sup>. Defendem, igualmente, a necessidade de tirar a população autóctone do seu estado de “atraso”, mas fazem-no sugerindo métodos diferentes e, igualmente, focando-se em objectivos diversos.

As obras a que nos reportamos são, de modo idêntico, dirigidas ao leitor metropolitano, em primeiro plano, e os colonos residentes nos espaços coloniais são tratados num plano secundário. Estes públicos têm, igualmente, aspectos em comum, encontrando-se acossados pela perda de poder externo dos seus países, traduzida na privação dos seus antigos territórios coloniais e na contrariedade dos seus argumentos históricos relativamente à posse de vastos territórios, aparentemente sem dono. São leitores mergulhados na incerteza das convulsões internas e no questionamento das suas reais capacidades. Depois de tão grandes feitos acometidos, vêem-se maltratados pelas opiniões públicas e governos estrangeiros. Humilhados na sua matriz cultural, são, portanto, leitores em busca de um caminho que os liberte desse desprestígio paulatino que mina a sua própria confiança nos empreendimentos do presente e do futuro. Os sete anos (1910-1917) que separam estas obras não alteram este estado de coisas, apesar de

---

<sup>4</sup> Ambos os autores inserem quadros de análise e números nos seus trabalhos, exactamente, com a finalidade de tornar os dados mais claros e precisos, logo mais objectivos.

1910 ter sido um ano de revolução em Portugal, com a Implantação da República. O ciclo das nações ibéricas não alterou o seu curso nesse período de tempo, nem a história ou o presente tinham sofrido reinterpretações; a conjuntura externa e a instabilidade interna mantinham-se e ameaçavam ficar durante o que parecia uma conjunção infundável.

## **I – DOIS PERCURSOS IBÉRICOS EM TERRAS DE ÁFRICA**

Os dois autores explicam-nos o percurso dos seus países em cada um dos territórios colonizados. Se a Guiné Equatorial, enquanto espaço colonial, é construída a partir de negociações diplomáticas, primeiro com Portugal que em troca de terras americanas cede, em tratado, um território para fixação e expansão do domínio espanhol em África, e seguidamente com as potências coloniais europeias que pretendem fixar fronteiras, fazendo Espanha recuar em termos de território histórica e previamente consignado em tratado com Portugal. Agora prevalecia a ocupação efectiva e a verdade é que Espanha não tinha ocupado os vastos territórios africanos de que até então dispunha<sup>5</sup>. Angola por seu lado, é descrita como tendo uma ocupação antiga, fixada em pontos do litoral, cujo comércio florescia em redor de relações esporádicas com o interior do território. A recente corrida a África destruíra as ambições portuguesas de ligar o Atlântico ao Índico, mas consignara-lhe um território vasto, com parte das populações ambientadas à presença portuguesa e outra parte alvo de campanhas duras de submissão. Por volta de 1910, Angola estava pacificada e quase ocupada, salvo revoltas pontuais, mas de violência considerável, em que os povos do sertão tentavam repelir a apropriação da suas terras<sup>6</sup>. Dado o percurso já longo, pelo menos em termos formais dos poderes

---

<sup>5</sup> Bravo Carbonel, op. Cit., pp. 8-12.

<sup>6</sup> José de Macedo, op. Cit. Pp. 125-134.

ibéricos nos territórios, os autores introduzem-nos nesses caminhos da história e dos diplomas administrativos.

A independência das colónias da América e a perda de territórios associados a outras possessões, lança estes dois países numa derradeira tentativa de afirmação em África, sentindo-se ultrapassados por todos aqueles países europeus que não deram novas nações ao mundo, não descobriram nem trilharam caminhos indómitos, não “civilizaram” o *outro* nem fizeram de desertos verdadeiros países. É nessa revolta e na vontade de afirmação interna e externa da posição destes países que se mobiliza o público, esse leitor que ajudará a mudar o rumo das coisas, essa assistência que lê e reelabora o texto, que pesa argumentos, compara experiências e, no final, formará uma opinião, primeiro passo para uma cidadania activa que ambos os autores procuram se bem que com finalidades diferentes. Essa profunda ligação entre passado e presente, entre América e África, entre perda de colónias e construção de um novo tecido colonizador e colonial, espelha-se nos exemplos comuns que encontramos em ambas as obras, em que de facto vemos como referência tanto de um lado como do outro a situação colonial vizinha. Se J. Bravo Carbonel compara mais do que uma vez a situação de São Tomé à da Ilha de Fernando Pó e, no prefácio à sua obra, Tomás Maestre compara a posição colonial de Portugal e Espanha à época<sup>7</sup>; José de Macedo exemplifica com Cuba, o previsível futuro de Angola, caso não haja uma maior descentralização e progressiva autonomia<sup>8</sup>. Curiosamente ou não, ambos os autores se referem ao degredo político dos dissidentes cubanos que foram condenados a ir para Fernando Pó, exactamente na Guiné Equatorial, mas por razões diferentes, um assim justificando a má fama da Guiné entre a população metropolitana, o outro explicando

---

<sup>7</sup> J. Bravo Carbonel, op. Cit., pp. 129-130: Tomás Maestre, op. Cit., p. X.

<sup>8</sup> Sobre o caso cubano ver José de Macedo, op. Cit., pp. 118-120.

que a solução nunca pode ser afastar os dissidentes autonomistas, mas antes ouvi-los e com eles trabalhar para um futuro comum<sup>9</sup>.

J. Bravo Carbonel e José de Macedo traçam em escrita os percursos ibéricos nestas terras africanas que conheceram: a Guiné Equatorial parecia eivada de profundas assimetrias entre continente e ilhas, com uma colonização ainda incipiente e sem domínio efectivo das populações do interior, com a ausência praticamente total de uma elite colonizadora e com a inexistência de elites locais; Angola é descrita como tendo centros de povoamento antigo, com centros urbanos já bastante desenvolvidos, o sertão dominado quase na totalidade e uma elite local formada por colonos e alguma população local (que seria essencialmente mestiça). Se as metrópoles pareciam estar próximas nos seus desafios de presente e futuro, estes territórios coloniais eram descritos como formas bastante dissemelhantes.

### **1.2 J. Bravo Carbonel e José de Macedo, duas jornadas africanas**

Os motivos da partida dos autores para territórios africanos colonizados pelos respectivos países são diversos, como anteriormente referimos. O modo como estes intelectuais interpretam os trópicos é, em parte, tributário dos seus percursos nestes espaços tropicais, tão diversos dos seus locais de origem. Ambos acreditando prestar um serviço de alto patriotismo ao seu país, trilharam caminhos para estes territórios no sentido do inexorável progresso, única maneira de os povos proverem às suas necessidades. Um progresso, como sabemos, enraizado na experiência europeia, à boa maneira positivista. Estas condicionantes são determinantes na construção dos discursos coloniais que estamos a analisar. J. Bravo Carbonel segue para a Guiné Equatorial como servidor do estado, José de Macedo como opositor ao estado, o que resulta em

---

<sup>9</sup> J. Bravo Carbonel, op. Cit., p. 121, José de Macedo, op. Cit., p. 146.

construções discursivas logo à partida diversas. O primeiro é consequência da vivência temporária de um europeu (espanhol) em África que vê o mundo tropical a partir da Península Ibérica, apesar de ter lá estado fisicamente; o segundo é resultante da convivência de um europeu (português) em África que reconheceu nos intelectuais angolanos mérito (colonos e autóctones *civilizados*) e que vê os trópicos a partir de Angola<sup>10</sup>.

Deste modo, a disparidade de ambos os discursos começa logo no ponto de partida e vai-se afirmando, paulatinamente, no decorrer dos textos. O discurso elaborado por J. Bravo Carbonel caracteriza-se pelo distanciamento do “outro”, pelo recurso às imagens belas e exóticas, envolvendo o leitor pelos sentidos, fruto de uma descrição em que as cores, as texturas e até os cheiros abundam<sup>11</sup>. O discurso criado por José de Macedo ganha a forma de exposição, chegando a atingir os contornos do manifesto político, pelo uso de imperativos e pela predominância de descrições políticas, numa linguagem objectiva, recheada de exemplos reais, quase com a clareza de uma reportagem posta ao serviço da defesa de um ideal, procurando a aproximação ao “outro” que, também ele, precisa ser cativado para este fim.

Ambos se dirigem directamente ao leitor, quando o consideram necessário, no sentido de com ele estabelecerem uma espécie de diálogo. Em José de Macedo este assume um carácter coloquial, enquanto que em J. Bravo Carbonel o leitor é mais passivo, sendo este abordado quase no final do livro e com o objectivo muito preciso deste acompanhar os seus cálculos e razões para considerar a Guiné Equatorial como um território

---

<sup>10</sup> José de Macedo refere mesmo ter pensado nunca voltar à metrópole para viver, mas como regressou decide manter os seus ideais de propaganda pela melhoria da situação angolana. José de Macedo, op. Cit., p. 217.

<sup>11</sup> A descrição é, ainda, acompanhada e logo enriquecida com fotografias da autoria do autor que assim ilustra o texto.

profícuo e com vastas possibilidades para o colonizador<sup>12</sup>. José de Macedo, no decurso da sua obra explica as suas motivações, partilha aspectos pessoais e profissionais da sua vida e não hesita em invocá-los perante o leitor que participa de toda a descrição factual que envolve o seu discurso<sup>13</sup>. Assim sendo, chega a criar uma relação de cumplicidade com o leitor que vai conhecendo até os pormenores da sua experiência de modo a estar alerta para os perigos enunciados pelo autor. J. Bravo Carbonel fala da sua experiência, mas de modo indirecto, chegando a aparecer nas citações como se fosse uma terceira pessoa, afastando-o de certo modo do leitor, o que também é resultante do facto de uma parte considerável do livro incidir, sobretudo, na descrição que envolve já o modo como o autor vê a realidade<sup>14</sup>. O leitor permanece passivo, sobretudo, porque a natureza exótica e as populações “bárbaras” são para si desconhecidas. A distância face à realidade europeia constantemente invadem o discurso e o seu público, radicado na Europa e apenas leitor e não experimentador da realidade africana, precisa de senti-la assim mesmo pela palavra escrita em texto, daí a prodigalidade de descrições apelando à construção imaginária do leitor.

Contudo, ambos os autores recorrem à sua vivência como âncora dos seus textos. A sua experiência mais ou menos real, mais ou menos emocionante, mais ou menos sentida, insere o autor/narrador na realidade contada, se bem que como personagens extrínsecas como o são todos os colonos temporários destas terras, logo desta realidade tropical e colonial<sup>15</sup>. Sai reforçada a verosimilitude do discurso que o leitor acredita transportá-lo verdadeiramente para a Guiné Equatorial ou para Angola. Forja-se o conhecimento de

---

<sup>12</sup> Pela primeira vez e com o objectivo de expor as bases de cálculo para o rendimento das propriedades, J. Bravo Carbonel aborda o leitor. Vide J. Bravo Carbonel, op. Cit.,, p. 281.

<sup>13</sup> José de Macedo escreve sobre si, incluindo a sua detenção em Angola, José de Macedo, op. Tic., pp. 163-165.

<sup>14</sup> J. Bravo Carbonel, pp. 197-203.

<sup>15</sup> Isto apesar de José de Macedo se considerar uma personagem integrante do cenário da luta de Angola pela autonomia.

algo distante e, afinal, perfeitamente desconhecido da massa de leitores e até de pensadores destas duas metrópoles.

Os dois autores exortam à mudança, daí o apelo ao leitor e o repetido argumento da experiência. J. Bravo Carbonel elege como objectivo o reforço dos laços coloniais entre Espanha e a Guiné Equatorial, José de Macedo tem por finalidade a progressiva descentralização que deveria desembocar numa verdadeira autonomia<sup>16</sup>. Ambos pensam assim atingir o progresso de que tão necessitadas estão aquelas paragens. Porém, as ideias de desenvolvimento que defendem são muito diferentes, um coloca o ponto nevrálgico no trabalho indígena e o outro na educação de toda a população que compõe a colónia. São ideias de progresso, de colonização e de participação do colonizado, afinal, divergentes, apesar de fundamentadas num mesmo aspecto: a melhoria das condições de vida daquelas terras e populações.

## **II – EM TORNO DE MISTÉRIO, RIQUEZA, COLONIZAÇÃO E AUTONOMIA**

Como começámos por dizer a forma do discurso, o seu conteúdo e objectivo têm uma relação indissociável, servindo em ambos os casos para a recepção não só passiva como activa da obra por parte do leitor que deverá aderir às propostas ali expostas e para estas contribuir. Assim tanto em termos de linguagem como de recursos estilísticos, as obras cumprem percursos diferentes, já que, embora se dirijam aos públicos metropolitanos que têm curiosidade ou algum interesse nas questões coloniais e apenas subsidiariamente a um público directamente relacionado com as colónias, sobretudo, no caso de J. Bravo Carbonel, já que José Macedo ao escrever este livro cumpre um desejo antigo, partilhado com os antigos companheiros e amigos de Angola (o que lá poderia

---

<sup>16</sup> J. Bravo Carbonel acredita, igualmente, numa maior autonomia e descentralização dos poderes, mas sendo estes focados nas figuras representativas do poder colonial, como o governador, sub-governador, etc., da qual discorda José de Macedo que pensa que esta representaria apenas mais autonomia para a personalidade em exercício de um determinado cargo.

despertar algum interesse pelo livro), os seus objectivos são diversos. J. Bravo Carbonel escreve para impulsionar a colonização branca, o trabalho autóctone e uma presença efectiva da administração colonial nos territórios. José de Macedo escreve para promover uma maior autonomia da colónia face ao governo central metropolitano e a educação de colono e colonizador em território colonial.

J. Bravo Carbonel reforça o carácter exótico dos conteúdos que descreve através do recurso a figuras de estilo que concedem forma airosa e atraente ao texto, por meio de metáforas, enumerações, adjectivações, oposições, que causam no leitor o acompanhamento interessado e o seu transporte para a realidade lida. O aspecto selvático e insubmisso da natureza, expectante que alguém a vá dominar é apresentado, assim como é referida como solução a ida em massa do colono espanhol a quem saberia dominar e aproveitar toda essa pujança espontânea. Igualmente as populações são apresentadas como distantes de nós, imorais, quase primárias como os animais, portanto, necessitadas de submissão. A paisagem ecológica do território, incluindo a existência humana, surge assente em substantivação e adjectivação fortemente sexualizada (repetindo-se palavras como luxúria, para descrever o crepúsculo, por exemplo, virgindade, reprodução, fertilidade, prazer, desejo, atraente) e mistificada, com recurso à criação da imagem do desconhecido por conquistar (através de palavras como mistério, escuridão, noite, desbravar, submeter).

Os argumentos do autor, seja a propósito de que tema for, são entrecortados por descrições apelativas à imaginação e que satisfazem a curiosidade e as ideias preconcebidas a partir daí construídas. Como consequência, tudo se resume a um tópico: a existência de uma realidade que aguarda por ser dominada e enriquecida através da colonização. O estímulo da visão exótica do espaço liga-se directamente ao seu objectivo de mostrar o quanto é necessária a intervenção do leitor e de toda uma nação

com deveres “civilizatórios”, porque o autóctone não vai conseguir extrair nada daquele território, tal como nunca conseguiu. Assim, surgem algumas descrições com ambições etnográficas e do meio ambiente pejados de artifícios que os transformam em algo distante, mas que está ao alcance do leitor, em sentido real (através da ida para lá como colono) e figurativo (transportando-se através do texto).

Em José de Macedo encontramos um discurso bem distante deste que acabámos de analisar. O seu texto está prenhe de informações, prestadas em tom coloquial, num permanente diálogo com o leitor<sup>17</sup>. Para reforçar a objectividade que pretende dar ao texto, retira-lhe todos os artifícios estilísticos a que recorre o autor precedente. Compensa esta aparente aridez do discurso com uma pontuação forte, repleta de exclamações e de interjeições ao leitor, contrabalançando na pontuação a ausência de outros artefactos literários que embelezam o texto. O que não aparece em exotismo, apesar de o tema ser em torno de um território colonial tropical, está presente em emotividade. O texto constitui-se como um todo, sem repetições e sempre com um raciocínio que tem uma linha condutora: provar que a descentralização progressiva, tendente à autonomia é a única forma de resolver os problemas de Angola e de prepará-la para uma futura independência, quando tivesse condições para tal. Deste modo, o carácter objectivo do texto e a precisão do discurso eram um requisito para o autor que pretende levar o leitor a pensar consigo o tema e as soluções para uma nova administração colonial em Angola que assegurasse o progresso da colónia. Com elites locais minimamente preparadas para iniciar o processo, José de Macedo não vê aquele território como estando repleto de exotismo ou divergente face à metrópole, antes parece-lhe a administração colonial ser apenas um prolongamento de alguns erros cometidos também na capital, isto é, no âmbito da administração central em geral.

---

<sup>17</sup> José de Macedo, op. Cit. Pp. 56-57, como exemplo.

## **2.1: Uma África passiva ou uma África activa?**

Tal como vimos anteriormente a finalidade com que escreve cada um dos autores é diversa, bem como o é a forma como interpretam os locais sobre os quais escrevem e o modo como vêem as populações locais. Para J. Bravo Carbonel, a Guiné Equatorial é um espaço de concretização do projecto colonial espanhol, interrompido em outras partes do mundo. Mesmo quando sugere a descentralização é no sentido da distribuição dos poderes pelas várias instituições que compõem a administração colonial, ou seja, conducentes ao aprofundamento da relação colonial e nunca tendentes a uma verdadeira autonomização das populações ali residentes. A Guiné Equatorial parece-lhe não ter qualquer tipo de elite consistente que possa encarregar-se do desenvolvimento do território, portanto, apenas o sistema colonial poderá prover a esse progresso. Para José de Macedo, Angola é um espaço a caminhar para um auto-governo, mesmo que permanecendo ligado a Portugal (que é o que o autor deseja como ideal). Digamos que se tratava de um território em transição e em formação para no futuro tomar as rédeas do seu destino, devendo os laços do sistema colonial ir afrouxando lentamente através de modelos transitórios como a federação ou a confederação.

Analisámos a forma como ambos os autores interpretavam o território objecto da sua escrita. Vejamos, agora, a maneira como vêem as populações locais, distribuídas por diversos grupos étnicos e divididas entre populações rurais a viver segundo os poderes tradicionais, portanto sob autoridades tradicionais, e as populações urbanizadas sob autoridade colonial. J. Bravo Carbonel parte da incapacidade da população local para o exercício de qualquer actividade intelectual mais exigente. Além de atrasadas, considera as populações do território em geral pouco aptas ao desenvolvimento endógeno, tendo, por isso, de ser conduzidas por aqueles que conseguem ir mais além nos seus

conhecimentos e gestão do poder (económico, político e social). Só os europeus, neste caso os espanhóis, poderiam “civilizar” e fazer evoluir as gentes guineenses e nesse sentido dever-lhes-ia ser provida educação técnica e básica para que pudessem encetar a sua caminhada para o mundo “civilizado”<sup>18</sup>. O trabalho seria o elemento redentor para o autóctone, pois permitir-lhe-ia, se bem que numa posição de subalternidade e algo passiva, progredir e integrar o mundo “moderno” do colonizador. José de Macedo parte da capacidade das populações locais para serem educadas de igual forma ao europeu, acreditando que o seu “atraso” se deve apenas a estruturas sociais que não lhes têm permitido avançar. Inteligência teriam, condições é que não. Assim ousa comparar as sociedades locais às sociedades europeias, defendendo que a população autóctone não é primitiva nem selvagem e que muitos dos aspectos que chocam os europeus em pouco ou nada diferem do que se pratica na Europa, reconhecendo os mecanismos de controlo que o poder tradicional coloca ao dispor das populações para que fiscalizem o exercício do poder por parte dos seus dirigentes<sup>19</sup>. Defende que o território colonial deve ter todos os níveis de educação que existem na metrópole, tanto para colonizadores como colonizados que devem ser assimilados na educação para que o território possa progredir.

Um e outro defendem soluções diferentes no que concerne à relação entre colonizador/colonizado. Se ambos partem de uma situação em que o colonizador deve “guiar” o progresso do colonizado, depressa os percursos propostos se separam, um pretende que tudo se construa a partir do trabalho nos sectores modernizantes da sociedade, o outro propõe que tudo comece por uma educação que prepare as populações para novos papéis sociais e para a construção de uma nova sociedade, em que todos se respeitem e interajam. Um não prevê qualquer futuro para as populações

---

<sup>18</sup> J. Bravo Carbonel, op. Cit., pp. 375-376.

<sup>19</sup> José de Macedo, op. Cit. P. 95.

locais que não seja o da dependência, o outro acredita que no futuro as populações serão capazes de se gerir a si mesmas. Um acredita na diferença, o outro crê que é possível caminhar para a igualdade. Um aponta para uma África passiva, o outro luta por uma África activa.

## **CONCLUSÃO**

Encerramos este estudo com uma certeza: J. Bravo Carbonel e José de Macedo preconizaram duas leituras dos trópicos bem diferentes, apesar de ambos terem vivido nos territórios sobre os quais escreveram e terem contactado com as populações locais. Assentes no regime colonial como ponto de partida e única forma de promover o desenvolvimento daquelas populações, o que seria o pendor altruísta da colonização, distanciam-se quando falam das razões egoístas de colonizar, entre estas destacando-se a apropriação das riquezas locais. Para Bravo Carbonel estas deveriam servir para engrandecer a mãe pátria, para Macedo estas deveriam servir para prover ao desenvolvimento local e, se possível, nacional. Divergências estas que se prolongam nas formas textuais que escolheram para defender os seus objectivos, um encaminhando-nos para um discurso pejado de exotismo, o outro guiando-nos num texto racional e pretensamente objectivo, contudo repleto de emotividade.

Estes dois casos exemplificam o que parece estar muito esquecido para alguns: na literatura colonial produzida nos vários países colonizados e nas próprias antigas colónias existe variedade nos discursos produzidos, tanto nos aparentes relatos do real como nas propostas alternativas à realidade, tanto encontramos textos belos e ficcionais como textos mais objectivos e pegados à realidade experimentada. Só lendo os vários autores, comparando as suas obras, procurando os seus trilhos e analisando os seus textos nas suas formas e conteúdos, poderemos ter uma pequena ideia do que constitui a

visão colonial do mundo, seja esta real ou utópica. Neste caso, Bravo Carbonel, destacado enquanto funcionário do estado espanhol na Guiné Equatorial, aproximou-se mais do que constitui o sistema colonial vigente e que vigorou aproximadamente da mesma forma durante mais cinco décadas. José de Macedo construiu uma utopia que não deixou de conter em si a realidade, quando fez a projecção: *escolham: autonomia ou liberdade*, pois cinquenta anos após a edição do livro, levantaram-se as armas e iniciou-se uma longa guerra colonial pela independência.

### **Bibliografia:**

#### **Activa:**

Carbonel, J. Bravo, *Fernando Poo y el Muni: sus misterios y riquezas. Su colonización*, Madrid, Imprenta de “Alrededor del Mundo”, 1917

Macedo, José, *Autonomia de Angola: estudo de administração colonial*, Lisboa, Editor o Autor, Typographia Leiria, 1910, 1.ª Edição

#### **Passiva:**

AAVV, *Teorías de la ficción literaria*, Madrid, Arco/libros, S.L., 1997

Eco, Umberto, *O Signo*, Lisboa, Editorial Presença, 2004, 6.ª Edição

Jauss, Hans Robert, *A Literatura como Provocação (História da Literatura como provocação literária)*, Vega, Lisboa, 2003, 2.ª Edição

Lotman, Iuri, “Um modelo dinâmico do sistema semiótico”, *Ensaios de Semiótica Soviética*, Livros Horizonte Lda., Lisboa, 1981, pp. 67-86.

Lotman, Iuri, Uspenski, Boris A., “Sobre o mecanismo semiótico da cultura”, *Ensaios de Semiótica Soviética*, Livros Horizonte Lda., Lisboa, 1981, pp. 37-65

Macedo, José, *Autonomia de Angola*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1008, 3.ª Edição

Said, Edward, *Orientalismo*, Lisboa, Livros Cotovia, 2004, 2.ª Edição

Soares, Francisco, *Notícia da Literatura Angolana*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2001

SOARES, Francisco, *Teoria da Literatura, Criatividade e Estrutura*, Luanda, Editorial Kilombelombe, 2007